

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO-ARP Nº 010/2026

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TOCANTINS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Barrolândia/TO, por intermédio da Pregoeira e Agente de Contratação, conforme Decreto nº 004/2025, de 02 de janeiro de 2025, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Ordinária Municipal nº 336/2025 e demais legislações aplicáveis ao objeto deste certame.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 12/05/2026 ÀS 08:00 HORAS

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: LICITANET - www.licitanet.com.br

MODO DE DISPUTA: Aberto

1 OBJETO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, tais como cimento, areia, brita, tijolos, cal e insumos correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Barrolândia – TO, bem como dos Fundos Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

1.2. A presente licitação compreende 11 itens, sendo adotado como critério de julgamento o menor preço por item, observadas as especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.3. Em caso de divergência entre as especificações constantes deste Edital e aquelas eventualmente lançadas no sistema LICITANET, prevalecerão as disposições do Edital e de seus Anexos.

1.4 A licitação será processada pelo **Sistema de Registro de Preços – SRP**, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

2 DO VALOR ESTIMADO

2.1. O valor estimado da contratação é de R\$ 264.252,28 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos), apurado com base em pesquisa de preços realizada pela Administração, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A estimativa foi elaborada mediante:

I – Levantamento de contratações similares disponíveis no Portal Nacional de

Contratações Públicas (PNCP);

II – análise de preços praticados por municípios de pequeno e médio porte da região;

III – cotação direta de mercado obtida no âmbito do processo administrativo;

IV – consolidação dos dados por meio de mapa comparativo de preços.

2.3. As referências utilizadas consideraram objetos compatíveis, período recente (2024 a 2026) e identificação dos processos administrativos, garantindo a aderência à realidade de mercado e aos parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Os valores constantes do mapa comparativo foram utilizados como parâmetro de verificação de compatibilidade, não sendo adotados de forma automática como média obrigatória, mas como instrumento de aferição da vantajosidade da contratação.

2.5. Considerando tratar-se de Sistema de Registro de Preços, o valor estimado possui caráter meramente referencial, não constituindo obrigação de contratação integral, limitando-se os pagamentos aos quantitativos efetivamente solicitados pela Administração.

2.6 A Administração declara, para fins do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que o presente certame integra o planejamento anual de contratações, não configurando fracionamento de despesa em relação a outros processos, considerando a especificidade dos itens e a destinação própria desta contratação.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1. Nesta licitação será firmada **Ata de Registro de Preços**, que constitui **documento vinculativo, obrigacional e com característica de compromisso para futura contratação**, nos termos do **art. 82 da Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto nº 11.462/2023**.

3.2. A Ata de Registro de Preços terá **vigência de até 12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, **vedada a sua prorrogação**, e durante esse período os preços registrados poderão ser utilizados pela Administração sempre que houver necessidade de contratação.

3.3. Poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para cada item, observada a ordem de classificação e os quantitativos máximos previstos no Termo de Referência.

Dos Órgãos Participantes e Não Participantes

3.4. O Município de Barrolândia – TO atuará como **órgão gerenciador** da Ata de Registro de Preços.

3.5. Consideram-se:

- **Órgão participante**: aquele que participa dos procedimentos iniciais da licitação e integra a ata;

- **Órgão não participante**: aquele que, não tendo participado da licitação, solicita adesão à ata, observadas as condições legais.

3.6. Os órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, desde que atendidos, cumulativamente:

I – demonstração da vantagem da adesão;

II – comprovação de que os preços registrados são compatíveis com os valores praticados no mercado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

III – prévia consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor registrado.

3.7. A autorização do órgão gerenciador somente será concedida após a anuência do fornecedor.

3.8. O órgão gerenciador poderá recusar adesões que possam comprometer a execução das contratações próprias ou a sua capacidade de gerenciamento da ata.

3.9. Após a autorização, o órgão não participante deverá formalizar a contratação em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência da ata.

Dos Limites das Adesões

3.10. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos registrados para cada item.

3.11. O quantitativo total decorrente das adesões não poderá exceder ao **dobro do quantitativo registrado** para cada item, independentemente do número de órgãos não participantes.

3.12. É vedado o acréscimo dos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

Da Justificativa para Adoção do SRP

3.13. O objeto desta licitação — aquisição de materiais de construção, enquadra-se nas hipóteses previstas no **art. 3º do Decreto nº 11.462/2023**, em especial por se tratar de demandas frequentes, com quantitativos variáveis e possibilidade de atendimento a mais de um órgão. Optou-se pelo critério de julgamento por menor preço por item em razão da diversidade dos produtos, da variação de demanda e da necessidade de ampliar a competitividade, permitindo a participação de fornecedores especializados em itens específicos, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior **eficiência administrativa, economicidade, planejamento das contratações e ampliação da competitividade**, razão pela qual foi adotado neste certame.

3.15. A licitação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, por se tratar de objeto de natureza comum, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços para futuras contratações.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das **dotações orçamentárias próprias do Município de Barrolândia – TO**, consignadas no orçamento vigente, as quais serão indicadas por ocasião da formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, nos termos do **art. 7º, §2º, da Lei nº 14.133/2021**.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA/FONTE
03.03.04.122.0002.2.011	33.90.30/1.500
07.20.12.122.0002.2.069	33.90.30/1.500
07.20.12.365.0058.2.096	33.90.30/1.500.1001
07.20.12.361.0019.2.119	33.90.30/1.500.1001
03.02.04.122.0032.2.156	33.90.30/1.500
05.15.10.122.2.0002.012	33.90.30/1.500.1002

03.05.20.122.0002.2.018	33.90.30/1.500
05.15.10.122.0002.2.012	33.90.30/1.500.1002
06.17.08.245.0037.2.218	33.90.30/1.660
06.17.08.122.0031.2.212	33.90.30/1.500
06.17.08.245.0037.2.218	33.90.30/1.660
06.17.08.122.0031.2.210	33.90.30/1.500

5. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico **pessoas jurídicas**, inclusive Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujo ramo de atividade ou atuação seja compatível com o objeto desta licitação, nos termos da legislação vigente.

5.2. O credenciamento é realizado **diretamente pelo licitante no sistema**, mediante cadastro eletrônico, nos termos e condições estabelecidos pelo provedor da plataforma.

5.3. O credenciamento no sistema implica a **responsabilidade legal do licitante e de seu representante** pelas transações realizadas, bem como a presunção de sua capacidade para operar o sistema eletrônico.

5.4. O licitante será **integralmente responsável por todas as operações efetuadas em seu nome** no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, ainda que realizados por seu representante.

5.5. O acesso ao sistema eletrônico será feito mediante **login e senha de uso pessoal e intransferível**, de responsabilidade exclusiva do licitante.

5.6. É de responsabilidade do licitante manter **o sigilo de sua senha**, bem como zelar pela correta utilização de seu credenciamento, não cabendo à Administração ou ao provedor do sistema responder por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais.

5.7. O licitante deverá manter **seus dados cadastrais atualizados** no sistema eletrônico, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correção de qualquer informação incorreta ou desatualizada.

5.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **dificuldades na habilitação ou no recebimento de comunicações oficiais**, sem prejuízo das demais consequências previstas neste Edital.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Os licitantes deverão estar devidamente cadastrados no **sistema LICITANET**.

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

6.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

6.2.1. aqueles que não atendam às condições deste Edital e de seus Anexos;

6.2.2. o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- 6.2.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de licitar ou contratar em decorrência de sanção que lhe tenha sido imposta;
- 6.2.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 6.2.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 6.2.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 6.2.8.** agente público do órgão ou entidade licitante, bem como pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, possua vínculo com agente público que atue na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3.** O impedimento de que trata o item 6.2.4 aplica-se também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.
- 6.4.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.2.2 e 6.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento, execução da licitação ou gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos.
- 6.5.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.6.** O disposto nos itens 6.2.2 e 6.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviços que incluam, como encargo do contratado, a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 6.7.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades.
- 6.8.** A vedação prevista no item 6.2.8 estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante da equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 6.9.** Não poderão participar da licitação empresas cujos sócios ou dirigentes exerçam mandato eletivo que gere impedimento constitucional, nos termos dos arts. 29, IX, e 54, I, “a”, e II, “a”, da Constituição Federal.

7. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE E PREFERÊNCIA LOCAL

7.1 Em caso de empate real entre propostas, após observados os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser utilizado como critério de desempate final a sede no Município de Barrolândia – TO, nos termos da Lei Municipal nº 336/2025.

7.2 Considera-se empate real aquele em que as propostas apresentem exatamente o mesmo valor.

7.3 A aplicação do critério local não implicará direito de cobertura automática de proposta nem margem percentual de preferência.

7.4 O critério previsto neste item será aplicado exclusivamente após a aplicação integral dos critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, a **proposta de preços** e os **documentos de habilitação** exigidos neste Edital.

8.2. O envio da proposta e dos documentos será realizado mediante **login e senha**, sendo de inteira responsabilidade do licitante as informações prestadas.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema:

I – que cumpre os requisitos para a habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital;

II – que está ciente e concorda com as condições do Edital e de seus Anexos;

III – que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;

IV – quando for o caso, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

V – quando organizado em cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. Até a abertura da sessão pública, o licitante poderá **retirar ou substituir** a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

8.5. Não haverá ordem de classificação na fase de envio das propostas, a qual ocorrerá somente após a etapa de lances e julgamento.

8.6. Durante a fase de disputa, os licitantes poderão encaminhar lances, observadas as regras do sistema eletrônico.

8.7. O sistema poderá permitir a definição de **valor mínimo ou percentual máximo de desconto**, observadas as regras operacionais da plataforma.

8.8. Os documentos de habilitação e a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para análise do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lances.

8.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar a documentação de habilitação, ainda que contenha alguma restrição de regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos seguintes campos:

I – **valor unitário do item**;

II – **marca**, quando aplicável;

III – **fabricante**, quando aplicável;

IV – **descrição do objeto**, contendo informações compatíveis com as especificações constantes do **Termo de Referência (Anexo I)**.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta **vinculam o licitante**.

9.3. Nos valores propostos deverão estar **inclusos todos os custos** diretos e indiretos, tais como encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros necessários à perfeita execução do objeto.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. A proposta deverá ter **validade mínima de 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação.

9.6. Quando o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação do preço, a **média dos recolhimentos efetivos**.

9.7. Independentemente do percentual de tributos inserido na proposta, quando do pagamento serão efetuadas as **retenções tributárias previstas na legislação vigente**.

9.8. A apresentação da proposta implica o **compromisso do licitante** em cumprir integralmente as condições do Termo de Referência, fornecendo os materiais e prestando os serviços nos padrões, prazos e condições exigidos.

9.9. Os licitantes deverão observar, quando aplicável, os **preços máximos estabelecidos em normas de regência das contratações públicas**.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

10.1. A abertura da sessão pública ocorrerá por meio de sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicados neste Edital.

10.2. O Pregoeiro procederá à análise das propostas iniciais, desclassificando, de forma fundamentada, aquelas que:

I – não atendam às exigências deste Edital e de seus anexos;

II – apresentem vícios insanáveis;

III – estejam em desacordo com as especificações do Termo de Referência;

IV – contenham identificação do licitante nos campos próprios do sistema.

10.2.1. A desclassificação será registrada no sistema, com a devida motivação, sendo acompanhável em tempo real.

10.2.2. A classificação preliminar não impede o julgamento definitivo da proposta na fase de aceitação.

10.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas.

10.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, que participarão da fase de lance.

10.5. Da etapa de lances

10.5.1. Iniciada a fase competitiva, os licitantes apresentarão lances exclusivamente pelo sistema eletrônico.

10.5.2. Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do item.

10.5.3. O licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ele registrado.

10.5.4. O intervalo mínimo entre os lances será:
I – 3 (três) segundos entre lances de licitantes distintos;

II – 20 (vinte) segundos entre lances do mesmo licitante.

10.5.5. A diferença mínima entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo).

10.5.6. O modo de disputa será **ABERTO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.5.7. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo automaticamente prorrogada por 2 (dois) minutos sempre que houver lance nos últimos dois minutos.

10.5.8. A prorrogação ocorrerá sucessivamente enquanto houver novos lances.

10.5.9. Encerrada a etapa, o sistema divulgará a classificação provisória.

10.6. Do julgamento e desempate

10.6.1. O critério de julgamento será o de **menor preço por item**.

10.6.2. Em caso de empate, será observada a ordem prevista no art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

I – realização de disputa final;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

III – desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV – desenvolvimento de programa de integridade;

V – sorteio.

10.7. Do tratamento favorecido às ME e EPP

10.7.1. Será assegurado o tratamento diferenciado previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.7.2. Considerar-se-ão empatadas as propostas apresentadas por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superiores à melhor classificada.

10.7.3. A ME ou EPP melhor classificada nessa condição poderá apresentar nova proposta inferior à primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlado pelo sistema.

10.7.4. O não exercício desse direito no prazo implicará decadência do benefício.

10.8. Da negociação

10.8.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante melhor classificado visando à obtenção de melhor preço.

10.8.2. A negociação ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.9. Da aceitação da proposta

10.9.1. O licitante melhor classificado deverá encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance.

10.9.2. O Pregoeiro procederá à análise da aceitabilidade da proposta.

10.10 O Pregoeiro alertará os licitantes quanto à responsabilidade na formulação de lances, especialmente quanto à apresentação de valores inexequíveis, podendo ensejar desclassificação após regular procedimento de diligência.

11. DO JULGAMENTO, ACEITAÇÃO E HABILITAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua aceitabilidade.

11.2. A proposta será analisada quanto:

I – à conformidade com o objeto;

II – às especificações do Termo de Referência;

III – à compatibilidade do preço com o mercado e com o valor estimado.

11.3. Será desclassificada a proposta que:

I – contenha vícios insanáveis;

II – não atenda às especificações técnicas;

III – apresente preço manifestamente inexequível ou incompatível com o mercado;

IV – não demonstre sua viabilidade quando solicitada.

11.4. Da análise de exequibilidade

11.4.1. A inexequibilidade será apurada mediante diligência, considerando custos, mercado, tecnologia, produtividade e demais fatores que demonstrem a viabilidade da execução.

11.4.2. Somente será declarada a inexequibilidade quando, após diligência, restar comprovada a impossibilidade de execução pelo valor ofertado.

11.4.3 Serão considerados **indício de inexequibilidade**, nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, as propostas com valores inferiores a **70% (setenta por cento) do valor estimado pela Administração, não implicando desclassificação automática**, devendo ser realizada diligência para comprovação da viabilidade da proposta.

11.4.4 Nesses casos, será obrigatória a realização de diligência, podendo ser exigida a apresentação de:

- I – planilha de custos;
- II – notas fiscais;
- III – comprovação de fornecimento anterior;
- IV – demonstração logística.

11.5. Das diligências

11.5.1. O Pregoeiro poderá promover diligências para esclarecer ou complementar informações, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente da proposta.

11.6. Da habilitação

11.6.1. Aceita a proposta, será verificada a habilitação do licitante vencedor, mediante consulta aos cadastros oficiais e apresentação da documentação exigida neste Edital.

11.6.2. Serão consultados, no mínimo:

- I – CEIS;
- II – CNEP;
- III – CNPJ;
- IV – SICAF ou sistema equivalente, como meio de comprovação.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Regras gerais

12.1.1. Para fins de habilitação serão exigidos apenas os documentos necessários e suficientes, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, observada a fase procedimental da licitação.

12.1.2. A comprovação da habilitação poderá ser realizada por meio do SICAF ou sistema equivalente, quando disponível, sem prejuízo da apresentação de documentos complementares exigidos neste Edital.

12.1.3. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico, somente pelo licitante provisoriamente vencedor, após o encerramento da fase de lances, no prazo definido pelo pregoeiro.

12.2. Documentos exigidos na FASE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS)

Na fase inicial da licitação, não será exigido envio de documentos físicos ou digitalizados, devendo o licitante declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

- I – Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- II – conhece e aceita integralmente as condições do Edital e de seus Anexos;
- III – sua proposta contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- IV – não se encontra em situação de impedimento para licitar ou contratar com a

Administração

Pública;

V – quando for o caso, enquadra-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da LC nº 123/2006.

12.3. Documentos exigidos na FASE DE HABILITAÇÃO (LICITANTE VENCEDOR)

12.3.1. Habilitação Jurídica

- I – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com todas as alterações ou consolidação;
- II – no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- III – no caso de pessoa física, documento oficial de identificação com foto e CPF;
- IV – prova de poderes de representação do signatário da proposta, quando for o caso.

12.3.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

- I – Prova de inscrição no CNPJ;
- II – prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- III – prova de regularidade relativa ao FGTS;
- IV – prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- V – prova de inexistência de débitos trabalhistas, mediante apresentação de CNDT.

12.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- I – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias;
- II – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, dispensado para microempresas e empresas de pequeno porte, quando permitido pela legislação.

12.3.4. Qualificação Técnica

- I – Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) o fornecimento de materiais de construção, compatíveis com o objeto da licitação;

12.4. Documentos exigidos na FASE DE CONTRATAÇÃO

Após a homologação e antes da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o adjudicatário deverá apresentar, quando solicitado:

- I – Comprovação de manutenção das condições de habilitação;
- II – dados bancários para pagamento;
- III – declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo;
- IV – documentos complementares necessários à formalização do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

12.5. Disposições finais sobre a habilitação

- 12.5.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, ainda que contenha restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, sendo assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da Lei

Complementar nº 123/2006.

12.5.2. A ausência de documento exigido ou a apresentação em desconformidade poderá ensejar a inabilitação do licitante, observado o direito à diligência previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

12.5.3 As certidões deverão estar válidas na data da abertura da sessão pública.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL

13.1. Encerrada a fase de negociação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por decisão do Pregoeiro, a **proposta final ajustada ao último lance ofertado**.

13.2. A proposta deverá conter, no mínimo:

I – descrição completa do objeto;

II – marca, modelo e fabricante, quando aplicável;

III – valor unitário e total do item;

IV – prazo de validade da proposta.

13.3. A proposta deverá observar o modelo do **Anexo II**.

13.4. Todas as condições e especificações constantes da proposta vincularão a contratada durante toda a execução do contrato.

13.5. A proposta será considerada parte integrante do processo administrativo e do contrato.

13.6 A proposta final deverá refletir fielmente o último lance ofertado e estar em conformidade com o modelo do Anexo II.

14. DOS RECURSOS

14.1. Caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Declarado o vencedor, será concedido prazo mínimo de **30 (trinta) minutos** para que qualquer licitante manifeste, de forma motivada, a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

14.3. Admitida a intenção, o recorrente terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar suas razões.

14.4. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo de **03 (três) dias úteis**.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que praticou o ato, que poderá reconsiderá-lo em até **03 (três) dias úteis**, ou encaminhá-lo à autoridade superior.

14.6. O recurso terá **efeito suspensivo**, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021.

14.7. O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos que não puderem ser aproveitados.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta quando:

I – houver provimento de recurso que implique a invalidação de atos;

II – o licitante vencedor não assinar o contrato ou não regularizar sua situação fiscal, quando aplicável.

15.2. Todos os licitantes remanescentes serão convocados pelo sistema eletrônico.

16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1 Encerradas as fases de julgamento, habilitação e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação do certame, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, sendo realizada a contratação, será formalizado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente, conforme previsto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

17.2 A formalização ocorrerá, preferencialmente, por meio de assinatura eletrônica ou digital, admitidos os meios legalmente válidos.

17.3 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, para assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente (nota de empenho, autorização de fornecimento ou carta contrato), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais.

17.4 A aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente implica o reconhecimento de que:

I – o referido instrumento substitui o contrato, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021;
II – a contratada se vincula integralmente à sua proposta, ao edital e aos seus anexos;
III – aplicam-se à relação contratual as hipóteses de extinção previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

17.5 O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços observará sua vigência própria, podendo ultrapassar a vigência da Ata, desde que sua assinatura ocorra dentro do prazo de validade da Ata, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.6 Previamente à contratação, o Município de Barrolândia–TO realizará consulta ao **CEIS e ao CNEP**, para verificação de impedimentos à contratação, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

17.7 A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

17.8 Caso o vencedor não comprove as condições de habilitação ou se recuse a assinar o contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

17.9 Na hipótese de frustração da contratação, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes para contratação nas condições do licitante vencedor, nos termos do §2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

18. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

18.2 O objeto será considerado definitivamente recebido após verificação de sua conformidade com as especificações do edital e do termo de referência.

18.3 Verificada qualquer irregularidade, a contratada será notificada para sanar as falhas no prazo fixado pela Administração, sem ônus adicional.

18.4 Compete ao fiscal do contrato:

I – acompanhar e fiscalizar a execução;

II – atestar as notas fiscais como condição para pagamento;

III – comunicar à Administração qualquer descumprimento contratual.

18.5 DOS PRAZOS DE ENTREGA

18.5.1 O prazo máximo para entrega dos produtos será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, poderá ser prorrogado mediante justificativa.

18.5.2 Os produtos deverão ser entregues no Município de Barrolândia – TO, em locais previamente indicados pela Administração, tais como almoxarifado central, secretarias e demais unidades administrativas, conforme especificado na ordem de fornecimento.

18.5.3 O recebimento será provisório e definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

18.6 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.6.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, conforme art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

18.6.2 O pagamento observará a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações.

18.6.3 Serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

18.6.4 Em caso de atraso imputável à Administração, incidirá correção monetária pelo IPCA.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e no Contrato, em conformidade com os arts. 92 e 115 da Lei nº 14.133/2021.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 O licitante ou o contratado que descumprir as disposições deste Edital, do Termo de Referência ou do Contrato ficará sujeito às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.2 Das infrações administrativas

20.2.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) Multa moratória: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da

parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento);

b) Multa compensatória por inexecução parcial: até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, aplicada conforme a gravidade da infração;

c) Multa compensatória por inexecução total: até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.3 Das sanções aplicáveis

20.3.1 Ao contratado que incorrer nas infrações descritas neste edital poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021:

I – Advertência, quando houver inexecução parcial de menor gravidade, nos termos do art. 156, §2º;

II – Multa, nas seguintes modalidades:

a) Multa moratória: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento);

b) Multa compensatória por inexecução parcial: até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada, aplicada conforme a gravidade da infração;

c) Multa compensatória por inexecução total: até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

d) Multa compensatória por infrações que envolvam fraude, dolo ou falsidade documental: até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos, nos termos do art. 156, §4º;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nos termos do art. 156, §5º.

20.3.2 A aplicação das sanções observará os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, considerando:

- I – a natureza e gravidade da infração;
- II – os danos causados à Administração;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – a reincidência;
- V – a vantagem auferida pelo infrator.

20.3.3 A aplicação de qualquer sanção será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.3.4 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, quando cabível, não afastando a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

20.4 Regras de aplicação

20.4.1 A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

20.4.2 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

20.4.3 Antes da aplicação da multa será assegurado prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa (art. 157).

20.4.4 Se a multa e as indenizações superarem os valores devidos, a diferença será descontada da garantia ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

A aplicação das sanções observará critérios objetivos de dosimetria, considerando a natureza e a gravidade da infração, os danos causados à Administração, a reincidência, a vantagem auferida e as circunstâncias agravantes ou atenuantes, nos termos do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

20.5 Processo sancionador

20.5.1 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade dependerão de processo administrativo próprio, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

20.5.2 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos causados;
- V – a existência de programa de integridade (art. 156, §1º).

20.5.3 A aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar é de competência do Secretário da pasta demandante.

20.5.4 A sanção de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Prefeito Municipal, precedida de parecer jurídico obrigatório, nos termos do art. 156, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

20.6 Lei Anticorrupção e desconsideração da personalidade jurídica

20.6.1 Infrações que também configurem atos da Lei nº 12.846/2013 serão apuradas conjuntamente (art. 159).

20.6.2 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

20.7 Publicidade e reabilitação

20.7.1 As sanções aplicadas serão registradas no CEIS e no CNEP (art. 161).

20.7.2 As sanções de impedimento e inidoneidade são passíveis de reabilitação (art. 163).

20.8 Compensação de débitos

20.8.1 Multas e indenizações poderão ser compensadas com créditos do contratado, conforme a IN SEGES/ME nº 26/2022.

21. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

21.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

21.2 A resposta às impugnações e aos pedidos de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial e no sistema eletrônico utilizado, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma LICITANET.

21.4 As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos do certame, salvo decisão motivada do agente de contratação.

21.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser devidamente fundamentada nos autos do processo de licitação.

21.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações vincularão os licitantes e o Município de Barrolândia – TO.

22 – DA MATRIZ DE RISCO E DA ALOCAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

1. Fundamento Legal

A presente cláusula estabelece a matriz de risco da contratação, nos termos dos arts. 22, 92, inciso IX, 103 e 124 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de definir a alocação objetiva dos riscos entre as partes e preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

2. Princípios Aplicáveis

A alocação de riscos observará:

I – eficiência administrativa;

II – melhor capacidade de gerenciamento do risco;

- III – equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;
- IV – boa-fé objetiva;
- V – razoabilidade e proporcionalidade.

3. Riscos Ordinários da Contratada

Constituem riscos ordinários da atividade empresarial, assumidos integralmente pela CONTRATADA, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro:

- I – variação normal de preços de mercado;
 - II – oscilação cambial comum;
 - III – custos logísticos, operacionais e administrativos;
 - IV – encargos trabalhistas, previdenciários e tributários;
 - V – erros na formação da proposta;
 - VI – gestão de estoque e fornecedores;
 - VII – substituição de produtos defeituosos ou incompatíveis;
 - VIII – danos causados aos equipamentos da Administração por fornecimento inadequado.
- Parágrafo único. A ocorrência dos eventos acima não dará direito a revisão de preços ou indenização.

4. Riscos da Administração

São riscos atribuídos à CONTRATANTE:

- I – atraso no pagamento após regular liquidação da despesa;
 - II – alteração unilateral do contrato dentro dos limites legais;
 - III – redução ou não utilização integral dos quantitativos registrados, em razão da natureza do Sistema de Registro de Preços;
 - IV – fatos administrativos supervenientes que impactem diretamente a execução.
- Parágrafo único. A redução da demanda não gera direito à indenização ou lucro cessante, por se tratar de contratação sob demanda.

5. Riscos Compartilhados

Serão considerados riscos compartilhados, passíveis de análise para eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

- I – fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis;
 - II – caso fortuito ou força maior devidamente comprovados;
 - III – fato do príncipe;
 - IV – alterações legais supervenientes que impactem diretamente o custo do objeto.
- §1º O pedido de reequilíbrio deverá ser formalmente requerido, acompanhado de demonstração analítica detalhada e documentação comprobatória idônea.
- §2º A recomposição, quando cabível, observará exclusivamente a parcela do impacto comprovadamente extraordinária e não ordinária.

6. Tratamento de Eventos de Risco

Ocorrendo evento de risco, a parte afetada deverá:

- I – comunicar formalmente a outra parte no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;
- II – apresentar documentação comprobatória;
- III – adotar medidas para mitigar os impactos.

7. Inexistência de Reequilíbrio Automático

A simples alegação de aumento de custos, variação de mercado ou dificuldade operacional não caracteriza, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro.

O reequilíbrio somente será concedido quando demonstrado desequilíbrio efetivo decorrente de evento extraordinário, imprevisível ou de consequências incalculáveis.

8. Vinculação

A presente Matriz de Risco:

I – integra o presente contrato para todos os fins;

II – vincula as partes durante toda a vigência contratual;

III – prevalece sobre alegações genéricas de desequilíbrio;

IV – não afasta a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

A matriz de risco poderá ser revista mediante acordo entre as partes, desde que formalizada por termo aditivo.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão será lavrada ata, que será divulgada no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário pelo agente de contratação.

23.3 Todas as referências de horário no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas deste Edital serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Município de Barrolândia – TO qualquer responsabilidade por tais custos, independentemente do resultado do certame.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente no Município de Barrolândia – TO.

23.9 O descumprimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

23.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no sítio oficial do Município de Barrolândia – TO e no Portal LICITANET.

23.12 O licitante declara que cumpre a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sendo vedada

a prática de atos lesivos à Administração Pública.

23.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I – Termo de Referência;
- II – Modelo de Proposta Comercial;
- III – Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando aplicável;
- IV – Declaração de elaboração independente de proposta, nos termos da legislação vigente;
- V – Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- VI – Declaração de cumprimento do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- VII – Declaração de atendimento às exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável;
- VIII – Declaração de inexistência de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública;
- IX – Declaração de que não utiliza, em sua cadeia produtiva, trabalho degradante ou em condições análogas à de escravo;
- X – Declaração de que não mantém vínculo societário ou funcional com agente público que atue direta ou indiretamente na presente licitação, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- XI – Minuta do Contrato;
- XII – Minuta da Ata de Registro de Preços.

BARROLÂNDIA –TO, 24 de abril de 2026.

Keury Juliana Nunes da Silva
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MODELO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL
(a ser apresentada apenas pelo licitante vencedor, após a fase de lances)

AO MUNICIPIO DE BARROLÂNDIA – TO

Objeto: Aquisição de _____, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2026 e seus anexos.

Apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL FINAL, em conformidade com o último lance ofertado e com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

(_____)	Pessoa	Jurídica
Razão Social:	_____	
CNPJ:	_____	
Inscrição Estadual (se houver): _____		
(_____)	Pessoa	Física
Nome Completo:	_____	
CPF: _____		
Endereço: _____	_____	
Telefone: _____	_____	
E-mail: _____		

Dados bancários para pagamento:
Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

2. PREÇOS

Os preços estão ajustados ao último lance ofertado no sistema eletrônico:

Item Descrição Marca Quantidade Valor Unitário (R\$) Valor Total (R\$)

Valor Global da Proposta: R\$ _____
(_____)

3. CONDIÇÕES GERAIS

Declaramos que:

- a) Conhecemos e aceitamos integralmente os termos do Edital, do Termo de Referência e de seus anexos;
- b) Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto;
- c) As especificações ofertadas atendem integralmente às exigências do Edital;
- d) Esta proposta vincula esta empresa durante toda a execução contratual.

4. PRAZO DE GARANTIA

Garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo dos bens pela Contratante.

1. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Conforme disposto no Termo de Referência e no Edital.

2. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta é válida por no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação no sistema eletrônico.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

Nome: _____

Cargo: _____

MODELOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 010/2026, sob as penas da lei, que:

- ✓ Enquadra-se como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- ✓ Atende integralmente aos requisitos legais para fruição do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006;
- ✓ Não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nos §§ 4º e 5º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Declara, ainda, que está ciente de que a prestação de informação falsa poderá ensejar a

aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Local e data: _____
Nome do representante legal: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E CONFORMIDADE COM A LEI ANTICORRUPÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- I – A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, sem comunicação, acordo, ajuste ou influência de qualquer outro licitante;
- II – Não tentou influenciar a decisão de qualquer outro licitante ou agente público;
- III – O conteúdo da proposta não foi divulgado antes da abertura oficial;
- IV – Atua em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e com a Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____
Nome e CPF do representante legal _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaramos que a empresa _____, CNPJ nº _____, está ciente e concorda integralmente com as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2026 e seus anexos, e que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários à execução do objeto.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____, declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2026.

Local e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Declaramos que cumprimos a reserva legal de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.

Local _____ e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declaramos que não existem fatos impeditivos à nossa habilitação no Pregão Eletrônico nº 010/2026.

Local e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE TRABALHO DIGNO

Declaramos que não utilizamos trabalho degradante ou forçado em nossa cadeia produtiva, conforme Constituição Federal.

Local e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENOR

Declaramos que não empregamos menores em condições vedadas pela legislação trabalhista.

Local e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE

Declaramos que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público.

Local e data: _____
Assinatura: _____

MODELO
DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM AGENTE PÚBLICO

Declaramos que não há, em nosso quadro societário ou funcional, agente público do Município de Barrolândia -TO.

Local e data: _____

Assinatura: _____

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
PROCESSO Nº 264/2026

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026
DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA – TO, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, **a pessoa jurídica**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, tais como cimento, areia, brita, tijolos, cal e insumos correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Barrolândia – TO, bem como dos Fundos Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência, conforme especificações e quantitativos definidos no Pedido de Fornecimento emitido pelo CONTRATANTE, decorrente da Ata de Registro de Preços nº ____/2026, originada do Pregão Eletrônico nº ____/2026.

1.2. O fornecimento ocorrerá sob demanda, inexistindo obrigação de consumo mínimo pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor deste contrato corresponderá exclusivamente aos quantitativos efetivamente solicitados e fornecidos, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços nº ____/2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o término da vigência da Ata de Registro de Preços da qual decorre, vedada qualquer prorrogação além desse limite, nos termos do art. 84, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

4.1. O fornecimento dos materiais será realizado mediante ordem de fornecimento, expedida pelo CONTRATANTE.

4.2. O prazo de entrega será o previsto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado somente após o recebimento definitivo dos materiais e

apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da liquidação da despesa.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços são os registrados na Ata e somente poderão ser reajustados nos termos e prazos nela previstos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do contrato será fiscalizada por servidor designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCO E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 Fundamento

Nos termos dos arts. 22, 92, inciso IX, 103, 124 e 137 da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecida a presente Matriz de Risco, destinada à alocação objetiva dos riscos contratuais, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste.

8.2 Riscos Ordinários da CONTRATADA

Constituem riscos ordinários do negócio, assumidos integralmente pela CONTRATADA, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro:

- I – variação normal de preços de mercado;
- II – flutuação cambial ordinária;
- III – custos logísticos, operacionais e administrativos;
- IV – encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- V – erros na formação da proposta;
- VI – gestão de estoque, fornecedores e cadeia de suprimentos;
- VII – substituição de produtos defeituosos ou em desconformidade com as especificações;
- VIII – danos causados à Administração em decorrência de fornecimento inadequado;
- IX – variação de preços de materiais de construção, insumos, materiais elétricos, hidráulicos, de pintura e demais itens do objeto, decorrente de flutuação normal de mercado ou cadeia de fornecimento.

Parágrafo único. Tais riscos integram a álea ordinária empresarial, não gerando direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

X – aumento ordinário de preços decorrente de sazonalidade, inflação setorial ou dinâmica regular do mercado.

XI – variações decorrentes de dinâmica concorrencial, oferta e demanda do mercado local ou regional.

8.3 Riscos da CONTRATANTE

São riscos assumidos pela Administração:

- I – atraso no pagamento após regular liquidação;
- II – alterações unilaterais nos limites legais;
- III – redução ou não utilização integral dos quantitativos registrados, em razão da natureza do

SRP;

IV – fatos administrativos supervenientes.

Parágrafo único. A redução da demanda não gera direito a indenização ou lucro cessante.

8.4 Riscos Extraordinários e Reequilíbrio

Poderá haver recomposição do equilíbrio econômico-financeiro exclusivamente nas hipóteses de:

I – fato imprevisível;

II – fato previsível de consequências incalculáveis;

III – caso fortuito ou força maior;

IV – fato do príncipe;

V – alteração legislativa superveniente que impacte diretamente o custo do objeto.

§1º O pedido de recomposição deverá conter memória de cálculo detalhada, planilha comparativa entre a formação do preço original e a nova composição pretendida, documentos fiscais idôneos e demonstração inequívoca do nexo causal entre o evento extraordinário e o impacto financeiro.

§2º A recomposição incidirá apenas sobre o impacto extraordinário comprovado.

§3º Não haverá reequilíbrio automático por mera alegação de aumento de custos.

8.5 Comunicação de Evento de Risco

A parte afetada deverá comunicar formalmente a ocorrência no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de preclusão.

8.6 Vinculação

A presente cláusula:

I – integra o contrato para todos os fins;

II – prevalece sobre alegações genéricas de desequilíbrio;

III – não afasta a aplicação das sanções previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1. As obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE são aquelas previstas no Edital, no Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Aplicam-se ao presente contrato as sanções previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O presente contrato poderá ser extinto nos termos dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12.1. O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, à Ata de Registro de Preços nº ____/2026 e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Miranorte – TO para dirimir eventuais controvérsias.

BARROLÂNDIA - TO, _____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

**ANEXO XIV-
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º
PROCESSO N.º XXX/XXX
PREGÃO ELETRÔNICO XXXX/XXX**

O MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o N.º 24.851.453/0001-90, com endereço à Av. Bernardo Sayão, S/N, Centro, Barrolândia, TO, neste ato representado por seu atual Prefeito Municipal, João Machado Alves, brasileiro, casado, agente político, portador do RG XXXXX SSP/TO e CPF n.º. XXXXXXXX, residente e domiciliado em Barrolândia/TO, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, tais como cimento, areia, brita, tijolos, cal e insumos correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Barrolândia – TO, bem como dos Fundos Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e no Termo

de Referência Conforme condições, especificações e quantitativos constantes do **Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026**, que integra esta Ata, assim como as propostas dos fornecedores registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador da presente Ata é o Município de Barrolândia – TO.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)

4.1 Durante a vigência desta Ata, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta que não tenham participado do procedimento licitatório poderão aderir à Ata, mediante prévia anuência do órgão gerenciador e do fornecedor registrado, desde que demonstrada a vantagem da adesão e a compatibilidade dos preços com o mercado, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

4.2 A autorização do órgão gerenciador somente será concedida após a aceitação formal do fornecedor.

4.3 O órgão gerenciador poderá recusar adesões que possam comprometer a execução das contratações próprias ou sua capacidade de gerenciamento.

4.4 O órgão não participante deverá formalizar a contratação decorrente da adesão no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da autorização, observado o prazo de vigência da Ata.

4.5 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitada a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUINTA – DOS LIMITES PARA ADESÕES

5.1 As contratações decorrentes de adesões não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados para cada item.

5.2 O somatório das adesões não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo de cada item

registrado para o órgão gerenciador e participantes, independentemente do número de aderentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMOS

6.1 É vedado o acréscimo dos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DA ATA

7.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, vedada qualquer prorrogação, nos termos do art. 84, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

8.1 As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas por ordem de fornecimento ou contrato administrativo, conforme o caso, respeitada a vigência da Ata.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

9.1 O registro do fornecedor poderá ser cancelado nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

Barrolândia – TO, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

Órgão gerenciador

Fornecedor